



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**LEI Nº 1.475, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021.**

**Autoriza a concessão de subvenção e contribuição, durante o exercício 2022 e dá outras providências.**

O Povo do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção durante o exercício de 2022 a entidades, constituídas para as finalidades listadas a seguir, observando-se os limites máximos deliberados para as mesmas:

Entidade constituída com a finalidade de:	Unidade Orçamentária	Fonte de Recurso	Valor Máximo
Serviço especializado em atendimento institucional de crianças e adolescentes	Desenvolvimento Social	100 - Recursos Ordinários	6.000,00
Atendimento ao Idoso	Desenvolvimento Social	100 - Recursos Ordinários	185.357,08
Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais	Desenvolvimento Social	100 - Recursos Ordinários	107.900,00
Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais	Desenvolvimento Social	129 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	93.555,60
Contribuição a Associação Protetora de Animais	Saúde	100 - Recursos Ordinários	13.400,00
Assistência a Projetos Esportivos	Esportes e Lazer	100 - Recursos Ordinários	416.948,80
Assistência a Projetos Tecnológicos	Desenvolvimento Econômico e Agricultura	100 - Recursos Ordinários	194.676,53
Assistência a Projetos Educacionais (ENS PROF)	Educação	100 - Recursos Ordinários	287.217,94
Assistência a Projetos Culturais	Turismo e Cultura	100 - Recursos Ordinários	287.334,06
Atendimento a Educação Especial (FUNDEB)	Educação	119 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	371.903,36

Lei Municipal nº. 1.475 de 28.12.2021 - Projeto de Lei Executivo nº. 156 de 17.12.2021 – Aprovado em 27.12.2021





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**Parágrafo único.** A subvenção e/ou contribuição de que trata este artigo será concedida:

I - Por intermédio de fontes de recurso próprias, mediante chamamento público ou para escolha das entidades, ou a eventual dispensa, na forma da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e do Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

II – Quando por intermédio de fontes de recurso vinculadas por legislação própria.

**Art. 2º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder contribuição, durante o exercício de 2022, às seguintes entidades, observados os respectivos valores abaixo estabelecidos:

Entidade	Unidade Orçamentária	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM	Gabinete	100 - Recursos Ordinários	4.669,65
Associação Mineira de Municípios - A.M.M	Gabinete	100 - Recursos Ordinários	10.808,68
Confederação Nacional dos Municípios - C.N.M	Gabinete	100 - Recursos Ordinários	11.580,73
Associação dos Municípios da Micro Região do Circuito das Águas - AMAG	Gabinete	100 - Recursos Ordinários	49.809,60
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER)	Desenvolvimento Econômico e Agricultura	100 - Recursos Ordinários	94.467,10
Associação das Terras Altas da Mantiqueira - ATAM	Turismo e Cultura	100 - Recursos Ordinários	14.527,80

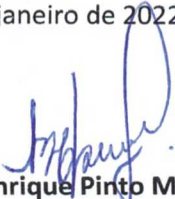
**Art. 3º.** Os recursos solicitados deverão ser liberados mediante apresentação de plano de trabalho ou proposta pela entidade interessada e de acordo com o cronograma de desembolso previamente aprovado pela Administração Municipal.

**Parágrafo único.** Para recebimento da subvenção ou contribuição, fica a entidade obrigada ao cumprimento das exigências legais pertinentes entre outras, regularidade cadastral e fiscal e a fazer prova da aplicação do que lhe foi repassado pelo Município no exercício anterior, mediante apresentação de prestação de contas dentro dos padrões estabelecidos.

**Art. 4º.** As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes na Lei Orçamentária de 2022.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Itanhandu, 28 de dezembro de 2021.

  
**Paulo Henrique Pinto Monteiro**  
Prefeito Municipal

**Lei Municipal nº. 1.475 de 28.12.2021 - Projeto de Lei Executivo nº. 156 de 17.12.2021 – Aprovado em 27.12.2021**

2